

**M&G Poliéster S.A. e Controladas****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas:**

A M&G Poliéster S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

1 - Introdução

A M&G Poliéster S.A. ("Companhia"), por meio de suas controladas, atua na produção e comercialização de resina PET para embalagens, fibras sintéticas de poliéster para aplicação têxtil, ácido tereftálico purificado (PTA) matéria prima para a resina PET e para fibras sintéticas de poliéster (atividade temporariamente paralisada), bem como na prestação de serviços relacionados a essas atividades.

A acionista controladora da M&G Poliéster S.A. é a M&G Resinas Participações Ltda. e o controlador final da M&G Resinas Participações Ltda. é, a Mossi & Ghisolfi International S.A. que, por sua vez, é controlada pela M&G Finanziaria S.r.l. com sede em Tortona, Itália.

O Grupo Mossi & Ghisolfi (Grupo M&G) foi fundado em 1953 por Vittorio Ghisolfi e desde então pertence à família Ghisolfi. O Grupo M&G está entre os maiores produtores mundiais de resina PET para aplicação em embalagens, com capacidade produtiva total de aproximadamente 1,7 milhões de toneladas. Desde o início do desenvolvimento do mercado de resina PET que ocorreu no início dos anos oitenta, o Grupo M&G continua a reinvestir no segmento de produção de PET resultando em uma base de ativos e conhecimentos tecnológicos sem precedentes. Particularmente com horizonte de investimento de longo prazo, o Grupo M&G acumulou profunda experiência ao longo de 60 anos no processamento de plástico. O Grupo M&G está fortemente comprometido com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, reciclagem e processos de produção a partir de fontes renováveis. As vantagens competitivas históricas do Grupo M&G continuam válidas e tem representado uma grande proteção: tecnologia superior permite maiores economias de escala, que podem ser alcançadas com contratos de longo prazo com clientes e fornecedores, conduzindo o Grupo M&G à posição de produtor que apresenta o menor custo.

Liderança em tecnologia e processo: O Grupo M&G é reconhecido no setor por ser o líder de tecnologia industrial. Alguns especialistas da área comentaram sobre o Grupo M&G dizendo que a M&G se beneficia de plantas passíveis de expansão com engenharia PET superior desenvolvidas com estado da arte, liderança de custo e liderança no desenvolvimento de novos produtos. O Grupo M&G tem sido consistentemente capaz de construir plantas em escala muito superior às construídas pela concorrência e a sua tecnologia, experiência de engenharia e recursos internos permitem a M&G continuar a inovar e a aprimorar as características de desempenho da resina.

Grandes economias de escala: a Companhia opera a maior planta, a mais nova e a mais eficiente da indústria global. A estratégia do Grupo M&G é gerar economias de escala na produção, alcançadas pela operação da maior planta do mundo com produção em apenas uma única linha (Suape no Brasil) e modernizando-a por meio de investimentos secundários destinados a aumentar a eficiência operacional, permitindo assim um aumento significativo na capacidade.

Contratos de longo prazo com principais clientes e fornecedores: a Companhia conquistou taxas de utilização da capacidade muito maiores do que a média do setor, graças a sua estratégia de comprometimento com contratos de longo prazo, tanto com os clientes quanto com os fornecedores. Em geral, a Companhia possui uma base de clientes forte, leal e diversificada. Igualmente, a Companhia sempre buscou contratos de longo prazo com seus clientes para garantir a estabilidade no fornecimento, preços menores e custos reduzidos de logística. O ano de 2012 manteve o mesmo cenário macroeconômico do último trimestre de 2011, com a desaceleração da atividade econômica em diversos setores produtivos, refletindo diretamente no resultado do setor petroquímico. O cenário doméstico e internacional desfavorável explica também as margens internacionais reduzidas e os indicadores financeiros da Companhia. O recuo da produção industrial brasileira no ano de 2012 e outras variáveis doméstica e externas, mesmo com as medidas tomadas pelo governo para estimular a reversão desse cenário, fizeram com que a taxa de crescimento do PIB fosse de apenas 0,9%, bem abaixo da expectativa de crescimento esperada pelo governo, que era de 4,5%.

O ano de 2012 apresenta uma redução nos preços de resinas PET e fibras de poliéster quando comparado com o ano de 2011, alinhado aos preços praticados nos mercados internacionais e acompanhando consequentemente a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET e fibras de poliéster. A cotação média do câmbio mostra uma desvalorização de 16,7% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$1,9546) quando comparado com o final de 2011 (R\$1,6750). Quanto à taxa fixa essa sofreu uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$2,0435) quando comparado com o final do ano de 2011 (R\$1,8758). Se o cenário atual for mantido a Companhia espera ter um ambiente mais competitivo para o próximo ano.

Além dos fatos macroeconômicos acima mencionados que influenciaram diretamente os negócios da Companhia no ano de 2012, outros fatos tiveram impactos importantes com reflexos diretos no desempenho dos seus segmentos de negócio.

O segmento de Resina PET no ano de 2012 teve um bom desempenho, marcado pela recuperação e crescimento contínuo dos resultados. Mesmo em um ambiente em que a indústria nacional sofreu um recuo e os volumes de importações oriundas da Ásia continuam a ser uma realidade, o Market Share do segmento Resina PET foi praticamente mantido. O segmento Fibras de Poliéster foi impactado principalmente pelo desequilíbrio causado no setor têxtil pela queda brusca do preço do algodão a partir de 2011 deixando fortes reflexos ao longo de 2012, e os volumes elevados de importação de toda a cadeia têxtil.

2 - Indicadores Econômicos**Principais Indicadores - Consolidado**

(R\$ milhões)	2012	2011
Volumes Totais (mil toneladas)	508,7	487,6
Volume Resina PET (mil toneladas)	435,8	404,3
Volume Fibra Poliéster (mil toneladas)	66,9	74,2
Volume Outros (mil toneladas)	6,0	9,1
Receita Líquida	1.908,0	1.724,3
Lucro (Prejuízo) Líquido	(9,1)	(66,9)
EBITDA	105,6	84,3

Demonstração do Ebitda - Consolidado

(R\$ milhões)	2012	2011
Lucro (Prejuízo) Líquido	(9,1)	(66,9)
Resultado Financeiro	82,9	120,1
I.R. e C.S.L.L. corrente e diferido	(7,0)	(15,5)
Depreciação e amortização	39,1	51,9
Participação dos Minoritários	(0,3)	(5,3)
EBITDA	105,6	84,3

EBITDA é o lucro (prejuízo) operacional adicionado das despesas (receitas) financeiras líquidas, variação cambial, imposto de renda e contribuição social e de depreciações e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou mesmo em outros conjuntos abrangentes de políticas contábeis, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e nossa definição para esse indicador pode não ser comparável ao EBITDA conforme definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não formeça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

O ano de 2012 foi marcado pela recuperação e crescimento dos resultados e volume total de vendas quando comparado com o ano de 2011. Este cenário foi marcado por dois fatores distintos: recuperação do volume de vendas no negócio Resina PET, prejudicada em 2011 pela paralisação temporária da produção da unidade industrial localizada em Suape - PE e no negócio Fibras de Poliéster pelos volumes elevados de importação de toda a cadeia têxtil.

O volume de vendas da Companhia no ano de 2012 apresentou um aumento total de 4,3% com relação ao ano de 2011, alcançando 508,7 mil toneladas (487,6 mil toneladas no ano de 2011).

O volume de vendas do negócio Resina PET no ano de 2012 apresentou um aumento de 7,8% com relação ao ano de 2011, alcançando 435,8 mil toneladas (404,3 mil toneladas em 2011).

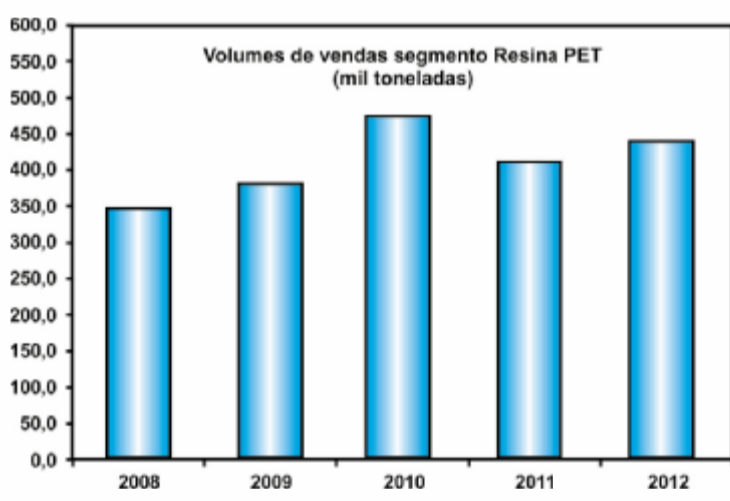
O volume de vendas do negócio Fibras de Poliéster no ano de 2012 apresentou uma redução de 9,8% com relação ao ano de 2011 alcançando 66,9 mil toneladas (74,2 mil toneladas em 2011).

Outras unidades de negócios alcançaram volume de vendas de 6,0 mil toneladas no ano de 2012 (9,1 mil toneladas em 2011), uma redução de 34,5% com relação ao ano de 2011.

A receita líquida da Companhia, alcançou no ano de 2012 R\$1.908,0 milhões, 10,7% maior que o ano de 2011. A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 14,6% com relação ao ano de 2011 totalizando no ano de 2012 R\$1.591,10 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou uma redução de 2,9% da receita com relação ao ano de 2011, totalizando no ano de 2012 R\$291,7 milhões. Outras atividades tiveram uma redução de 29,5% de receitas com relação ao ano de 2011.

O EBITDA da Companhia foi positivo em R\$105,6 milhões no ano de 2012 (R\$84,3 milhões em 2011), um aumento de 25,3% em relação ao ano anterior.

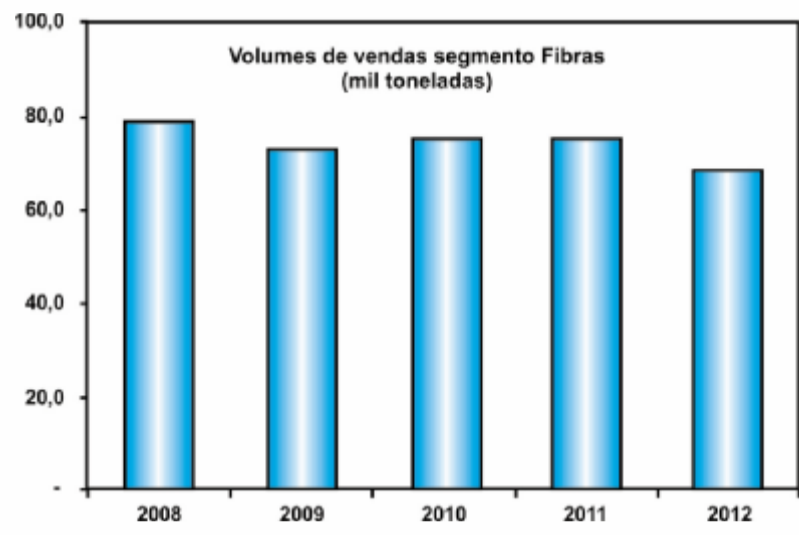
O lucro líquido consolidado no ano de 2012 apresenta resultado negativo de R\$9,1 milhões (R\$66,9 milhões resultado negativo em 2011). O lucro líquido no ano de 2012 foi afetado de forma significativa em consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$2,04) quando comparamos com o final de 2011 (R\$1,87). Este movimento do câmbio, explica a variação cambial negativa de R\$22,2 milhões. Dos R\$22,2 milhões, 47,7% (R\$10,6 milhões) refere-se a transações intercompany com a controladora indireta da Companhia, referente a fornecimento de matéria prima e outras prestações de serviços.

3 - Volume de vendas e receita líquida por segmento**Segmento Resina PET**

No segmento resina PET o volume de vendas do ano de 2012 apresentou um aumento de 7,8% com relação ao ano de 2011, alcançando 435,8 mil toneladas. A receita líquida desse segmento no ano de 2012 foi de R\$1.591,10 milhões, um acréscimo de 19,7% quando comparado com o ano de 2011. Mesmo em um ambiente em que a indústria nacional sofreu um recuo e os volumes de importações oriundas da Ásia continuam a ser uma realidade, o Market Share do segmento Resina PET foi praticamente mantido.

O mercado de resina PET ainda está em fase de crescimento no país alavancado pelo alto crescimento das classes sociais B e C, bem como pelas novas aplicações que já são realidade no país, tais como sucos, leite longa vida e etc.

Em 2012 o volume de resina PET utilizado no país cresceu em relação ao ano de 2011, o que vem ocorrendo de forma consistente nos últimos 15 anos.

Segmento Fibras de Poliéster

O segmento Fibras de Poliéster foi impactado no ano de 2012 principalmente pelo desequilíbrio causado no setor têxtil pela queda brusca do preço do algodão ocorrida em 2011 ainda deixou fortes reflexos ao longo de 2012 e o elevado volume de importação de toda a cadeia têxtil, do fio à roupa pronta. Estes fatores se refletiram no volume vendido de fibras de poliéster. O volume de vendas em 2012 foi de 66,9 mil toneladas, 9,8% menor que as vendas realizadas em 2011, que foram de 74,2 mil toneladas. A receita líquida desse segmento em 2012 foi de R\$291,7 milhões, uma redução de 2,9% quando comparado com o ano de 2011.

Reciclagem

A Companhia prima pela legitimidade de suas ações ligadas à sustentabilidade. Além de ser uma das pioneiras em reciclagem de PET no Brasil, a Companhia contribui no desenvolvimento de seus processos industriais, para que sejam cada vez mais performantes, do ponto de vista ambiental e de qualidade intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de seus processos industriais. A reciclagem de garrafas PET continua sendo uma das áreas de dedicação da empresa. É importante registrar que em 2012 as vendas cativas de PET reciclado destinadas à produção de fibras sintéticas de poliéster de aplicação têxtil foram de 2.790 toneladas.

Em 28 de setembro de 2011, conforme fato relevante divulgado, a Administração da Companhia aprovou o desenvolvimento de um projeto de reciclagem na unidade industrial de Poços de Caldas - MG, o qual envolverá investimentos da ordem de R\$ 24 milhões, a serem realizados pela M&G Fibras Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pela Companhia, com previsão de início dos testes e da operação do Projeto no início para maio de 2013.

A nova unidade terá a capacidade de produção de 20.000 tons/ano de poliéster reciclado, entre resina PET reciclada - R-PET grau alimentício e "flakes" destinados à fabricação de fibras de poliéster.

Através deste "Projeto", voltado ao desenvolvimento sustentável do negócio resina reciclada e perfeitamente alinhado com a política de tratamento de resíduos sólidos do Projeto Estruturador de Qualidade Ambiental promovido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, será possível agregar valor na unidade industrial de Poços de Caldas - MG mediante um melhor aproveitamento das utilidades disponíveis, bem como compartilhamento da mão de obra administrativa, técnica, de laboratório e de manutenção, auxiliando na redução tanto dos custos fixos quanto dos custos variáveis por tonelada a ser produzida. Soma-se a isso o EBTIDA adicional a ser gerado pelas vendas dos novos produtos a serem produzidos pela nova instalação.

4 - Meio Ambiente e Segurança

A Companhia pauta sua conduta nos quesitos sócio-ambientais no que tange a harmonia entre a preservação do meio ambiente e os aspectos sociais da comunidade que faz parte. A adoção de sistemas de gerenciamento de Segurança e Meio Ambiente certificados e baseados nas normas OHSAS 18001, para a gestão de segurança e saúde ocupacional, e a ISO 14001 para gestão de meio ambiente, consolidou os compromissos firmados em suas políticas internas. Adicionalmente a isto vale destacar que a Companhia em 2012 recebeu do Jornal do Meio Ambiente do Estado e São Paulo o Certificado de "DESTAQUE DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL".

As fábricas de Cabo de Santo Agostinho-PE e Poços de Caldas-MG desde 2009 estão com o seu sistema de gestão ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001 certificados de forma integrada, resultando na otimização de tempo e custos de auditoria.

A fábrica de reciclagem de Indaialta está alinhada às normas OHSAS 18001, para a gestão de segurança e saúde ocupacional, e a ISO 14001 para gestão de meio ambiente.

A fábrica de Suape manteve a sua certificação no sistema de gestão OHSAS 18001, ISO 9001 e 14001 de forma integrada, resultando na otimização de tempo e custos de auditoria. Adicionalmente a isto M&G Polímeros mantém o alinhamento com o programa Atuação Responsável da ABIQUIM, tornando transparente seus compromissos de evolução contínua nas questões de saúde, segurança e meio ambiente, assim como as questões socioambientais, através da auditoria externa anual baseada nos Princípios do Equador, princípios estes, que asseguram a perfeita sintonia da fábrica com a segurança do trabalhador, da comunidade e do meio ambiente e a responsabilidade social desde o início de sua implantação até a presente data.

5 - Recursos Humanos

Em 2012 houve uma atuação muito focada na continuidade e estabilização dos Programas direcionados aos processos de ampliação do engajamento dos empregados, treinamentos técnicos e atendimento de legislação, além do desenvolvimento das lideranças. Foram investidos R\$487 mil, resultantes de 41 mil horas de treinamento e mais de 6,2 mil participações no decorrer do período, refletindo o forte empenho da Organização em proporcionar condições aos empregados para que melhorem continuamente a performance individual e, consequentemente, a eficiência das equipes.

A M&G, visando assegurar aos seus empregados benefícios compatíveis e alinhados aos oferecidos pelo mercado, possui uma Política que engloba os seguintes tópicos: Refeição, Transporte, Assistência Médica, Assistência Odontológica, Medicamentos, Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais, Previdência Privada, Programa de Participação nos Resultados, Homenagem a Veteranos, Festividades e Cooperativa de Crédito. Este conjunto de benefícios visa proporcionar o bem estar dos empregados e seus dependentes, favorecendo o equilíbrio necessário ao bom desenvolvimento de suas atividades e obtenção de resultados para os negócios.

6 - Evolução da Dívida

A dívida líquida ao final de 2012 era de R\$421,5 milhões contra R\$432,1 milhões no final de 2011. Nos valores mencionados estão incluídos juros a receber por aplicações financeiras e juros a pagar pelos empréstimos tomados. O endividamento da Companhia tem uma significativa participação de dívida de longo prazo, 50% da dívida total. A dívida de longo prazo em dezembro de 2012 é de R\$268,7 milhões (R\$350,9 milhões em 2011).

Os financiamentos tomados pela controlada M&G Polímeros Brasil S.A. junto ao BNDES, bancos repassadores de recursos do BNDES e BNB começaram a ser amortizados mensalmente a partir de maio de 2008 e venceram até 2018. Estes contratos de financiamento incluem diversas obrigações e compromissos à M&G Polímeros Brasil S.A., entre eles o contrato de financiamento tomado com os bancos repassadores de recursos do BNDES incluí o atingimento de um determinado índice financeiro a partir de 2009.

Dentre as garantias desses financiamentos, a Companhia empenhou a totalidade de suas ações da controlada M&G Polímeros Brasil S.A.. Essa controlada empenhou a totalidade dos ativos e da geração futura de direitos creditórios nas operações bem como cedeu fiduciariamente direitos creditórios decorrentes de contratos e cedeu, sob condição suspensiva, contratos por ela celebrados.

A controlada cumpriu adequadamente todas as cláusulas dos contratos de financiamentos que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. Quanto a dívida de capital de giro, em dezembro de 2012 a Companhia tem em seu endividamento R\$222,8 milhões (R\$272,7 em 2011), divididos em Notas de Crédito de Exportação, Notas de Crédito de Importação, BNDES Exim, FINIMP, ACC e CCB, com prazos até dois anos.

7 - Mercado de Capitais

A Companhia possui ações ordinárias (ON) negociadas na BM&F BOVESPA sob o código RHDS3 que encerraram o ano cotadas a R\$0,10 (R\$0,09 em 2011), apresentando uma valorização de 11%.

O volume financeiro médio diário durante o ano foi de R\$36 mil (R\$75 mil em 2011), com uma média de 373 mil ações negociadas por dia (630 mil em 2011).

8 - Política de Contratação de Auditores

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem, de acordo com os princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Em 2012, os nossos auditores independentes prestaram exclusivamente serviços de auditoria e revisões contábeis e atenderam solicitações específicas feitas pelo Conselho Fiscal com relação ao conteúdo das demonstrações financeiras e notas explicativas.

9 - Agradecimentos

Queremos agradecer aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, auditores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, e em especial aos nossos empregados e contratados pela contribuição e empenho apresentados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	15	86	111.408	123.898	Empréstimos e financiamentos - terceiros.....	14	-	-	264.146	257.304
Títulos mantidos para negociação.....		310	783	310	783	Fornecedores.....		46	27	117.744	134.487
Contas a receber.....	6	-	-	305.545	292.152	Impostos e contribuições.....	15	8	19	37.882	36.133
Estoques.....	7	-	-	345.497	358.537	Provisão para obrigações diversas.....	16	-	-	6.771	7.109
Partes relacionadas.....	19	-	833	22.284	4.494	Provisão para obrigações trabalhistas.....	17	-	-	14.610	13.294
Impostos a recuperar.....	8	122	162	24.698	47.216	Partes relacionadas.....	19	4.636	4.068	429.870	448.482
Créditos a receber.....	9	-	-	12.105	24.713	Adiantamentos de clientes.....		-	-	208	5.523
Despesas antecipadas.....		-	-	2.091	2.041	Outras contas a pagar.....		-	-	-	1.319
Outras contas a receber.....		-	-	13.925	10.319	Total do passivo circulante.....		4.690	4.114	871.231	903.651
Total do ativo circulante.....		447	1.864	837.863	864.153	Não circulante					
Não circulante						Fornecedores.....		-	-	4.144	-
Aplicações financeiras.....	10	-	-	54.344	51.447	Partes relacionadas.....	19	-	-	102.591	6.126
Contas a receber.....	6	-	-	3.641	-	Empréstimos e financiamentos - terceiros.....	14	-	-	268.746	350.952
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11.a)	-	-	51.145	44.067	Impostos e contribuições.....	15	-	-	256.062	261.332
Partes relacionadas.....	19	-	-	-	107	Provisão para perda em investimento.....	12. a)	68.914	38.849	-	-
Impostos a recuperar.....	8	-	-	36.952	37.110	Obrigações legais vinculadas a processos judiciais.....	18	-	-	5.406	5.564
Créditos a receber.....	9	-	-	111.313	115.540	Total do passivo não circulante.....		68.914	38.849	636.949	623.974
Depósitos judiciais.....		-	-	3.206	2.026	Patrimônio líquido					
Despesas antecipadas.....		-	-	-	296	Capital social.....	20	523.308	523.308	523.308	523.308
Total do ativo não circulante.....		-	-	260.601	250.593	Reservas de capital.....	20	72.246	72.246	72.246	72.246
Total do ativo.....		447	1.864	837.863	864.153	Ajuste de avaliação patrimonial.....		8.042	20.706	8.042	20.706
Investimentos.....	12	238.650	215.738	747	590.530	Prejuízos acumulados.....		(438.103)	(441.621)	(438.103)	(441.621)
Imobilizado.....	13	-	-	581.408	8.921	Participação de acionistas não controladores.....		-	-	12.328	12.680
Intangível.....	13	-	-	5.382	850.791	Total do patrimônio líquido.....		165.493	174.639	177.821	187.319
Total do ativo não circulante.....		238.650	215.738	848.138	850.791	Total do passivo.....		239.097	217.602	1.686.001	1.714.944
Total do ativo.....		239.097	217.602	1.686.001	1.714.944						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Ajustes da avaliação patrimonial - custo atribuído	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	523.308	72.246	(387.406)	33.370	241.518	(7.929)	259.447
Prejuízo do exercício.....	-	-	(66.879)	-	(66.879)	-	(72.128)
Realização dos ajustes da avaliação patrimonial - custo atribuído.....	-	-	12.664	(12.664)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	523.308	72.246	(441.621)	20.706	174.639	12.680	187.319
Prejuízo do exercício.....	-	-	(9.146)	-	(9.146)	(352)	(9.498)
Realização dos ajustes da avaliação patrimonial - custo atribuído.....	-	-	12.664	(12.664)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	523.308	72.246	(438.103)	8.042	165.493	12.328	177.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



GRUPPO MOSSI & GHISOLFI

M&G Poliéster S.A. e Controladas

C.N.P.J. nº 56.806.656/0001-50 - Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

Table with columns: Nota Explicativa, Controladora (31/12/2012, 31/12/2011), Consolidado (31/12/2012, 31/12/2011). Rows include Receita líquida de vendas, Custos dos produtos vendidos, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora (31/12/2012, 31/12/2011), Consolidado (31/12/2012, 31/12/2011). Rows include Prejuízo do exercício antes da participação dos acionistas não controladores, Realização do ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora (31/12/2012, 31/12/2011, %), Consolidado (31/12/2012, 31/12/2011, %). Rows include Receitas (Vendas de mercadorias, produtos e serviços), Insumos adquiridos de terceiros (com impostos), Valor adicionado bruto, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional
1.1. Operações
A M&G Poliéster S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações negociadas na BM&F Bovespa.
1.2. Paralisação temporária da Planta de Suape
Conforme fato relevante divulgado no dia 25 de abril de 2011, em cumprimento a Instrução CVM nº 358/2002, a produção de resina PET na unidade industrial da controlada M&G Polímeros Brasil S.A., localizada em Suape - PE, esteve temporariamente paralisada para implementação dos ajustes e reparos no sistema de polimerização, necessários em função do "blackout", ocorrido no início de fevereiro de 2011, que atingiu a maioria dos Estados da região Nordeste do país.
1.3. Paralisação temporária das plantas de Paulínia e Poços de Caldas
Permancem suspensas as atividades de produção de resinas PET da planta de Poços de Caldas - MG, e de produção de Ácido Tereftálico Purificado - PTA, matéria-prima básica da cadeia produtiva de Poliéster, da planta de Paulínia - SP. Os ativos industriais de ambas as plantas estão totalmente depreciados.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido na legislação brasileira, enquanto que para fins de IFRS é requerido a avaliação do investimento pelo custo ou valor justo.
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, tais como, perdas em estoque, provisões para realização de créditos tributários e obrigações legais vinculadas a processos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.
A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.
Em 12 de março de 2013, o Conselho da Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e autorizou sua divulgação.

2.1. Base de consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da M&G Poliéster S.A. e das seguintes controladas cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Table with columns: Participação no capital social - %, 31/12/2012 e 31/12/2011. Rows include M&G Polímeros Brasil S.A., M&G Fibras e Resinas Ltda., M&G Fibras Brasil S.A., Tereftálicos Industriais Químicas Ltda.

As subsidiárias são consolidadas desde a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.
O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas e na consolidação são eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, os resultados não realizados e os efeitos, na demonstração do resultado, de transações efetuadas entre essas empresas.

A participação dos acionistas não controladores foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas.
3. Pronunciamentos do IFRS
3.1. Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012
As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) - Impostos Diferidos - Introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.
IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação - Exigências Maiores para Divulgação de desconhecimentos. A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia e suas controladas não possuem ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.
3.2. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012
Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.
• IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32 - Estas revisões explicam o significado de "atualmente

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora (31/12/2012, 31/12/2011), Consolidado (31/12/2012, 31/12/2011). Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

• IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7 - Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da revisão do IFRS 7.
• IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas - A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósito Específico. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. A Companhia efetuou análise dos efeitos decorrentes da revisão do IFRS 10 e concluiu que não existem impactos em suas demonstrações financeiras. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

• IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades - A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IFRS 13 Mensuração do Valor Justo - A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou as alterações introduzidas e não identificou efeitos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado da Companhia.
4. Principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras foram as seguintes:
a) Apresentação de informação por segmentos
A Companhia apresenta informações por segmento operacional ou unidade de negócio, com base nas informações regularmente revistas pelo principal gestor de suas operações, para a avaliação do seu desempenho e para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e de acordo com o CPC 22 e IFRS 8.
b) Conversão em moeda estrangeira
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e suas controladas.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional e registradas pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos a taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. São reconhecidos na demonstração do resultado, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira.
c) Reconhecimento de receita
A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado, sendo calculada com base método dos juros efetivos.

d) Custos dos produtos e/ou serviços vendidos
A ociosidade registrada nos custos de bens e/ou serviços vendidos relacionados aos custos fixos de produção é definida com base na avaliação efetuada pelo departamento técnico, da quantidade produzida em relação à capacidade nominal de produção.
O impacto da ociosidade anormal das plantas é reconhecido nos custos dos produtos e/ou serviços vendidos, sem transitar pela atribuição de custo aos estoques.
e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos
A Companhia calcula o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo e longo prazo, porém, somente é registrado se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento, e possuem vencimentos sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e não estão sujeitas a risco de mudança de valor.
g) Contas a receber e provisão para perda por redução ao valor recuperável
Contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes decorrentes das vendas de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e são registrados pelo valor líquido estimado realizável menos a provisão para perdas, quando necessária. A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída com base na avaliação acerca da situação específica de cada cliente e respectivas garantias consideradas suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes. O saldo de provisão para perda por redução ao valor recuperável é composto substancialmente por valores em atraso acima de 120 dias.

h) Estoques
Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.
Os custos incorridos para levar a cada produto a sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:
Materias-primas - custo de aquisição segundo o método "PEPS" - primeiro a entrar, primeiro a sair.
Produtos Acabados e elaboração - custos dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos dos estoques, adicionando, quando aplicável, os custos estimados de conclusão e os custos necessários para a realização da venda.
A provisão para perdas é baseada na análise dos estoques com relação à estimativa do valor de realização, tendo em conta os preços estimados, líquidos de impostos e gastos para vender, levando em consideração a idade e o estado físico desses estoques.

i) Investimentos
As participações societárias em controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até as datas de encerramento dos balanços. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, se determina a necessidade de reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento.
j) Outros investimentos
Os outros investimentos, compostos basicamente por depósitos compulsórios e ações das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás estão apresentados ao custo de aquisição e deduzidos da provisão para perdas estimadas na realização.
k) Imobilizado e intangível
Com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos em 01 de janeiro de 2009 foram avaliados a valor justo todos os itens relevantes das classes de Edifícios e Benfeitorias, Instalações, Máquinas e Equipamentos, Veículos, Móveis e Utensílios, Imobilizações em curso das M&G Fibras e Resinas Ltda. e Tereftálicos Indústria Química Ltda. com base no custo atribuído. Os valores atribuídos foram determinados com base em laudos técnicos emitidos por peritos independentes, elaborados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas normas de Avaliação da ABNT - Associação Brasileira de Norma Técnica através da NBR 14.653-1 Procedimentos gerais, NBR 14.653-5 Avaliação de máquinas, equipamentos, instalações e complexos industriais em geral, e pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Periciais de Engenharia além das demais determinações contidas na legislação pertinente, em conformidade com os requerimentos do CPC 27, ICPC 10 e IAS 16, bem como alterou de forma prospectiva a estimativa de vida útil individual das controladas Tereftálicos Industriais Químicas Ltda. e M&G Fibras Brasil S.A.. Os demais itens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. As premissas e os fundamentos que foram utilizados para proceder à determinação do custo atribuído, avaliação e à estimativa das vidas úteis e determinação do valor residual foram:

- 1 - Procedimentos de inspeção física e vistoria dos bens;
2 - Condições de uso;
3 - Estado de conservação;
4 - Condição de manutenção;
5 - Condição de operação;
6 - Manutenções preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Em 01 de janeiro de 2009, para a Controlada M&G Polímeros Brasil S.A., a Companhia obteve laudos técnicos emitidos por peritos internos, que formalizam a necessidade de mudança da estimativa de vida útil do imobilizado, considerando a depreciação por componentes tendo como premissas e fundamentos a comparação com outras plantas globais e produtivas do Grupo. Cada parte de um item de imobilizado (componente) com diferentes vidas úteis e com significante custo em relação ao total do custo do item é depreciado separadamente, em conformidade com os requerimentos do CPC 27.

As depreciações de bens do imobilizado são calculadas pelo método linear às taxas médias anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 13, estimadas com base na expectativa de vida útil, exceto para terrenos, os quais não são depreciados.
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.
Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente na demonstração do resultado, quando incorridos.

O ativo intangível (licenças de uso de software) é registrado ao custo e amortizado às taxas médias anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 13, deduzidos das perdas do valor recuperável, se aplicável. O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício financeiro.
Um item de imobilizado ou intangível é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são registrados como outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

l) Provisão para recuperação dos ativos de vida longa
A Companhia revisa o valor de recuperação dos ativos não circulantes, imobilizado e intangível, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas indicarem deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso existam evidências de que o valor do ativo não será recuperado, a Companhia com base em análises e evidências estima o valor recuperável do ativo, que é determinado quando sendo o maior valor entre (a) valor justo de um ativo ou da unidade geradora de caixa (CGU), menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. O valor em uso é determinado pelo valor presente esperado nos fluxos de caixa futuros do ativo. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos



C.N.P.J. nº 56.806.656/0001-50 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

que reflita as avaliações de mercado e riscos específicos inerentes ao ativo. Caso seja necessário é constituído uma provisão para perda por "impairment".

Até o presente momento os ativos imobilizado e intangível não necessitam de provisão para perdas.

m) Outros ativos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos e são reconhecidos apenas quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. São classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Obrigações legais vinculadas a processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em decorrência de um evento passado, em que é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação bem como uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as obrigações legais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de aposentadoria privada complementar pós-emprego junto à entidade aberta, assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria privada complementar pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia.

p) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

As obrigações por imposto de renda e contribuição social são reconhecidas segundo o regime de competência. É registrado imposto de renda diferido sobre as diferenças temporárias entre a base contábil e a base tributária de ativos e passivos e sobre prejuízos fiscais, que são reconhecidos na extensão que sejam considerados realizáveis. Os benefícios decorrentes do incentivo fiscal de imposto de renda sobre o lucro da exploração das controladas, que possuem este tipo de benefício, são reconhecidos como redução da despesa com imposto de renda.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquido dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

q) Incentivos de ICMS - Prodepe

Os benefícios advindos do incentivo de ICMS - Prodepe são registrados quando realizados a crédito da rubrica "Impostos sobre vendas" na demonstração do resultado. Vide detalhes na Nota Explicativa 22.

r) Instrumentos financeiros

1) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia torna-se parte das disposições contratuais dos mesmos. No momento do reconhecimento inicial os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para a venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes; e os passivos financeiros são classificados como a valor justo por meio do resultado, empréstimos, financiamentos, outros passivos financeiros ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

2) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros depende da classificação de ativos e passivos financeiros, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) contas a receber e (iii) instrumentos financeiros derivativos. A classificação depende da existência dos referidos ativos e da finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- Ativos financeiros mantidos para negociação - mensurados ao valor justo por meio do resultado
- São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Nos exercícios de 2011 e 2010 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria refere-se somente aos instrumentos financeiros derivativos. As operações com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas pelo valor justo a cada data de fechamento trimestral e anual, sendo a variação do valor justo registrada a crédito ou débito na rubrica "resultado financeiro" na demonstração do resultado.
- Empréstimos (concedidos) e recebíveis

Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os juros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço patrimonial, os quais são classificados como ativos não circulantes. A Companhia mantém nesta categoria empréstimos a controladas e contas a receber.

Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas com operações de derivativos e empréstimos e financiamentos.

A classificação depende da existência dos referidos passivos e da finalidade para a qual foram adquiridos.

A mensuração dos passivos depende da sua classificação. A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação e a valor justo por meio do resultado
- Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
- A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.
- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3) Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia resumem-se em "swap" que visam à proteção de sua exposição a taxas de juros relacionadas aos empréstimos de longo prazo.

4) Instrumentos financeiros derivativos e contabilização de "hedge"

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na Nota Explicativa nº 28.

s) Outros passivos circulante e não circulante

São demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais proporcionais incorridos. São classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

t) Julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de determinados ativos, passivos e outras transações. A Administração da Companhia para definir tais estimativas e premissas, baseou-se em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados fatos e circunstâncias. As premissas das estimativas são revisadas trimestralmente, e caso seja necessário, as mudanças são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada, porém mesmo que estas premissas e estimativas sejam revisadas pela Administração, os resultados reais podem ser diferentes dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

Segue abaixo os critérios de estimativas e premissas mais relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras:

- **Provisão para perdas com créditos**
Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.
- **Vida útil dos ativos de longa vida**
A Companhia reconhece a depreciação ou amortização dos ativos de longa vida com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.
- **Obrigações legais vinculadas a processos judiciais**
As contingências são analisadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração e podem diferir dos resultados reais futuros.
- **Imposto de renda diferido**
O método passivo de contabilização é usado para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade do montante a registrar do ativo fiscal.

u) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A análise do impacto caso os resultados reais fossem diferente da estimativa da administração está apresentada na Nota Explicativa nº 28 no tópico análise de sensibilidade.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

v) Resultado por ação

A Companhia apura o lucro por ação com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitida pela Companhia ponderada pela média da quantidade de cada classe de ações em circulação durante o exercício.

x) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido. (Nota Explicativa nº 13(a)).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Caixas e bancos - moeda nacional	57.428	24.099
Caixas e bancos - moeda estrangeira.....	3.423	1.752
Aplicações financeiras.....	50.557	98.047
	111.408	123.898

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição de impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são originados de:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa.....	13.586	9.773	12.156	8.341
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável (Nota 6)	-	-	-	-
Provisão para obrigações legais (Nota 18)	-	-	-	-
Provisão para fretes (Nota 16).....	-	-	-	-
Provisão para perda e ajuste a valor justo dos estoques	-	-	-	-
Provisão para armazenagem (Nota 16).....	-	-	-	-
Provisão para perda em outros investimentos.....	-	-	-	-
Provisão para perdas de créditos tributários (Nota 8)	-	-	-	-
Provisão para variação cambial.....	-	-	-	-
Outras obrigações trabalhistas	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias.....	-	-	-	-
Base de cálculo	13.586	9.773	12.156	8.341
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido	3.397	880	3.039	751
Provisão para ajuste ao valor de realização	(3.397)	(880)	(3.039)	(751)
Imposto de renda diferido.....	-	-	-	-

A formação do imposto de renda e contribuição social diferidos por empresa está assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa.....	13.586	9.773	12.156	8.341
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável (Nota 6)	-	-	-	-
Provisão para obrigações legais (Nota 18)	-	-	-	-
Provisão para fretes (Nota 16).....	-	-	-	-
Provisão para perda e ajuste a valor justo dos estoques	-	-	-	-
Provisão para armazenagem (Nota 16).....	-	-	-	-
Provisão para perda em outros investimentos.....	-	-	-	-
Provisão para perdas de créditos tributários (Nota 8)	-	-	-	-
Provisão para variação cambial.....	-	-	-	-
Outras obrigações trabalhistas	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias.....	-	-	-	-
Base de cálculo	13.586	9.773	12.156	8.341
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido	3.397	880	3.039	751
Provisão para ajuste ao valor de realização	(3.397)	(880)	(3.039)	(751)
Imposto de renda diferido.....	-	-	-	-

A formação do imposto de renda e contribuição social diferidos por empresa está assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa.....	13.586	9.773	12.156	8.341
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável (Nota 6)	-	-	-	-
Provisão para obrigações legais (Nota 18)	-	-	-	-
Provisão para fretes (Nota 16).....	-	-	-	-
Provisão para perda e ajuste a valor justo dos estoques	-	-	-	-
Provisão para armazenagem (Nota 16).....	-	-	-	-
Provisão para perda em outros investimentos.....	-	-	-	-
Provisão para perdas de créditos tributários (Nota 8)	-	-	-	-
Provisão para variação cambial.....	-	-	-	-
Outras obrigações trabalhistas	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias.....	-	-	-	-
Base de cálculo	13.586	9.773	12.156	8.341
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido	3.397	880	3.039	751
Provisão para ajuste ao valor de realização	(3.397)	(880)	(3.039)	(751)
Imposto de renda diferido.....	-	-	-	-

As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs têm remuneração média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99% em 31 de dezembro de 2011), com liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante:		
Clientes no país	297.319	249.127
Clientes no exterior	16.241	50.912
	313.560	300.039
Provisão para perda por redução ao valor recuperável.....	(8.015)	(7.887)
	305.545	292.152

Não Circulante:

Clientes no país	6.755	-
	6.755	-
Provisão para perda por redução ao valor recuperável.....	(3.114)	-
	3.641	-
	309.186	292.152

O prazo médio de recebimento das contas a receber para o segmento de Resinas PET é de 51 dias e para o segmento de Fibras é de 20 dias. A Companhia realizou o cálculo do ajuste a valor presente considerando o prazo médio de recebimento e a taxa implícita de 8,35% a.a. O valor apurado não foi considerado relevante para fins de registro contábil.

O saldo do contas a receber de longo prazo refere-se a títulos cuja data de recebimento estão sendo repactuados.

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	(7.887)	(7.906)
Adições.....	(129)	(9)
Baixas	1	28
Saldo final.....	(8.015)	(7.887)

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	-	-
Adições.....	(3.114)	-
Saldo final.....	(3.114)	-

O resumo do saldo por idade das contas a receber de clientes no país e no exterior, líquido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receíveis a vencer:		
Até 30 dias	178.021	151.049
De 31 a 60 dias	75.833	62.535
De 61 a 90 dias	23.869	25.257
De 91 a 120 dias.....	1.992	1.432
Acima de 120 dias	879	-
	280.594	240.273

Receíveis vencidos:

Até 30 dias	13.473	31.904
De 31 a 60 dias	1.535	8.137
De 61 a 90 dias	5.239	2.736
De 91 a 120 dias.....	4.662	-
Acima de 120 dias	3.683	9.102
	28.592	51.879
	309.186	292.152

Dos recebíveis vencidos, R\$13.044 já foram recebidos até meados de fevereiro de 2013 e R\$12.222 se referem a exportações que tem como garantia cartas de crédito e depósitos em conta de empresa do Grupo no exterior.

De acordo com a Administração, os demais casos de recebíveis vencidos refletem questões específicas de clientes que não requerem provisão para perdas.

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados.....	93.667	168.605
Produtos em elaboração	29.224	26.171
Matérias-primas	110.393	77.603
Materiais de embalagem	2.610	3.402
Materiais de manutenção.....	24.685	23.210
Importações em andamento.....	90.968	65.236
	351.547	364.227
Provisão para perdas	(6.050)	(5.690)
	345.497	358.537

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	(5.690)	(5.643)
Adições.....	(360)	(47)
Saldo final.....		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social das controladas M&G Fibras Brasil S.A. e M&G Polímeros Brasil S.A. foram reconhecidos conforme a projeção de lucros tributários futuros que tem como principais premissas: I) início da operação da nova unidade de produção de poliéster reciclado, com capacidade de 20ktons/ano, entre resina PET reciclada - R-PET grau alimentício e "flakes" destinados à fabricação de fibras de poliéster; II) aumento no volume das vendas de polímero para o mercado de embalagem; III) manutenção dos volumes de vendas de resinas PET no mercado nacional. Essas premissas foram aprovadas pelos Administradores das Companhias, e a expectativa de realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos está assim demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
2013.....	1.633	-
2014.....	12.583	-
2015.....	15.935	-
2016.....	5.702	-
2017 a 2020.....	15.292	-
Total.....	51.145	-

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(9.146)	(66.879)	(16.502)	(87.623)
Crédito de imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%).....	3.110	22.739	5.611	29.792
Equivalência patrimonial.....	(2.432)	(22.214)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes.....	(191)	(341)	(58)	(1.236)
Benefícios incentivos fiscais.....	-	-	2.506	-
Créditos tributários não registrados e outros.....	(487)	(184)	(1.055)	(13.061)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social lançado no resultado do exercício.....	-	-	7.004	15.495
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes.....	-	-	(74)	(5)
Crédito com imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	-	7.078	15.500
Taxa efetiva.....	0,00%	0,00%	-42,44%	-17,69%

12. Investimentos

a) Participação da Companhia em controladas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) líquido ajustado	Participação direta %	Equivalência patrimonial	Saldos dos investimentos 31/12/2012
Controladas:					
Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.....	25.158	(718)	51,00	(366)	12.831
M&G Polímeros Brasil S.A.....	225.819	23.279	100,00	23.279	225.819
				22.913	238.650
Provisão para perdas em investimentos:					
M&G Fibras e Resinas Ltda.....	(68.914)	(30.066)	99,99	(30.065)	(68.914)
				(30.065)	(68.914)
				(7.152)	-

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Patrimônio líquido ajustado	Prejuízo líquido ajustado	Participação direta %	Equivalência patrimonial	Saldos dos investimentos 31/12/2011
Controladas:					
Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.....	25.877	(10.713)	51,00	(5.464)	13.197
M&G Polímeros Brasil S.A.....	202.540	(30.681)	100,00	(30.681)	202.540
Outros investimentos.....	-	-	-	-	1
				(36.145)	215.738
Provisão para perdas em investimentos:					
M&G Fibras e Resinas Ltda.....	(38.848)	(29.190)	99,99	(29.190)	(38.849)
				(29.190)	(38.849)
				(65.335)	-

b) Parcela do balanço e receita das controladas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.	M&G Fibras e Resinas Ltda.	M&G Polímeros Brasil S.A.	Total
Ativo circulante.....	11.570	21.188	702.252	735.010
Ativo não circulante.....	3.722	213.480	578.250	795.452
Passivo circulante.....	(1.047)	(45.416)	(687.352)	(733.815)
Passivo não circulante.....	(1.414)	(258.166)	(367.331)	(626.911)
Valor contábil do investimento.....	12.831	(68.914)	225.819	169.736
Receita líquida.....	(14)	19.031	1.591.483	1.610.500

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.	M&G Fibras e Resinas Ltda.	M&G Polímeros Brasil S.A.	Total
Ativo circulante.....	10.647	38.100	696.863	745.610
Ativo não circulante.....	5.279	243.525	593.107	841.911
Passivo circulante.....	(1.347)	(56.829)	(731.857)	(790.033)
Passivo não circulante.....	(1.382)	(263.645)	(355.573)	(620.600)
Valor contábil do investimento.....	13.197	(38.849)	202.540	176.888
Receita líquida.....	995	25.735	1.388.126	1.414.856

c) Movimentação dos investimentos em controladas

	Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.	M&G Fibras e Resinas Ltda.	M&G Polímeros Brasil S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	18.661	(9.659)	233.221	242.223
Resultado de equivalência patrimonial.....	(5.464)	(29.190)	(30.681)	(65.335)
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	13.197	(38.849)	202.540	176.888
Resultado de equivalência patrimonial.....	(366)	(30.065)	23.279	(7.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	12.831	(68.914)	225.819	169.736

13. Imobilizado e intangível (consolidado)

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Instalações, máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizações em curso e adiantamento a fornecedores	Total
Custo do imobilizado bruto							
Saldo em 01 de janeiro de 2011.....	7.749	113.545	658.603	2.267	8.941	7.917	799.022
Adições.....	-	1.263	5.275	25	180	19.526	26.269
Alienações.....	-	-	(15)	(761)	-	(24)	(800)
Transferências.....	-	1.285	4.207	-	(144)	(6.193)	(845)
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	7.749	116.093	668.070	1.531	8.977	21.226	823.646
Adições.....	-	-	-	-	2	31.436	31.438
Alienações.....	-	(168)	(3.409)	(184)	(34)	(1.855)	(5.650)
Transferências.....	-	6.915	26.078	36	186	(33.215)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	7.749	122.840	690.739	1.383	9.131	17.592	849.434
Taxas médias de depreciação.....	3,46%	11,31%	15,40%	10,11%	-	-	-
Depreciação acumulada							
Saldo em 01 de janeiro de 2011.....	-	(13.216)	(166.844)	(1.135)	(6.770)	-	(187.965)
Adições.....	-	(4.041)	(40.871)	(178)	(767)	-	(45.857)
Alienações.....	-	-	9	352	-	361	712
Transferências.....	-	47	(174)	(68)	540	-	345
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	-	(17.210)	(207.880)	(1.029)	(6.997)	-	(233.116)
Adições.....	-	(4.095)	(30.873)	(107)	(354)	-	(35.429)
Alienações.....	-	20	343	139	17	-	519
Transferências.....	-	-	-	7	(7)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	-	(21.285)	(238.410)	(990)	(7.341)	-	(268.026)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	7.749	98.883	460.190	502	1.980	21.226	590.530
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	7.749	101.555	452.330	393	1.790	17.592	581.408
		Licenças de uso de software	Consultoria e projetos	Linha de transmissão de energia elétrica	Outros	Total	
Custo do intangível bruto							
Saldo em 01 de janeiro de 2011.....	24.181	16.921	8.059	-	11.156	60.317	60.317
Adições.....	462	-	-	-	-	462	462
Transferências.....	(478)	-	-	-	-	(478)	(478)
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	24.165	16.921	8.059	-	11.156	60.301	60.301
Adições.....	197	-	-	-	-	197	197
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	24.362	16.921	8.059	-	11.156	60.498	60.498
Taxas médias de amortização.....	16,18%	20%	20%	-	8,33%	-	-
Amortização acumulada							
Saldo em 01 de janeiro de 2011.....	(13.151)	(16.920)	(6.044)	-	(10.227)	(46.342)	(46.342)
Adições.....	(3.474)	(1)	(1.612)	-	(929)	(6.016)	(6.016)
Transferências.....	978	-	-	-	-	978	978
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	(15.647)	(16.921)	(7.656)	-	(11.156)	(51.380)	(51.380)
Adições.....	(3.333)	-	(403)	-	-	(3.736)	(3.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	(19.980)	(16.921)	(8.059)	-	(11.156)	(55.116)	(55.116)
Intangível líquido							
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	8.518	-	403	-	-	8.921	8.921
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	5.382	-	-	-	-	5.382	5.382

As adições do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 referem-se principalmente a gastos com a construção do pátio de containers na planta de Suape - PE no montante de R\$5.850 e aquisições de equipamentos para o projeto de reciclagem na planta de Poços de Caldas - MG no montante de R\$11.598.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada M&G Fibras Brasil S.A., no âmbito do projeto de reciclagem na planta de Poços de Caldas, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.4, obteve financiamentos de equipamentos junto ao FINAME cuja garantia oferecida é a cessão fiduciária dos equipamentos financiados, cujo o valor residual em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.792 (R\$2.022 em 31 de dezembro de 2011).

a) Contrato arrendamento planta de resina PET em Suape

A planta de resina PET em Suape, da controlada M&G Polímeros Brasil S.A., foi construída em terreno de 853.389 m2, arrendado do Complexo Industrial e Portuário de Suape (SUAPE), empresa pública controlada pela Secretaria do Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, por um prazo improrrogável de 50 anos. Esse contrato de arrendamento foi firmado como resultado de uma licitação específica voltada ao objetivo de instalação de uma unidade para fabricação de resinas termoplásticas e de suas matérias-primas, sem opção de compra ao final do contrato conforme legislação vigente. No final do prazo, caso seja do interesse das partes, poderá ocorrer nova licitação para renovação do contrato, de acordo com a legislação então vigente. As obrigações da controlada com relação a esse contrato de arrendamento envolvem, entre outras, a manutenção das atividades da fábrica lá erguida e o pagamento de aluguel mensal, que na data de assinatura do contrato era de R\$39. Este valor é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. O valor reconhecido como despesas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$654 (R\$617 em 2011) registrado na rubrica "Despesas administrativas". Há obrigações de retirada de ativos no fim do prazo de arrendamento. Entretanto, caso o Arrendador manifeste formalmente o seu interesse sobre tais construções e benfeitorias, as mesmas serão deixadas no terreno sem qualquer ônus ou custo para o Arrendador. Assim, as construções e benfeitorias existentes no fim do contrato, em sendo extinto, passam então à propriedade do Arrendador. Os direitos e obrigações da controlada com relação a esse contrato de arrendamento foram cedidos para os bancos credores dos empréstimos mencionados na Nota Explicativa nº 1, em caso de inadimplência contratual por parte da Companhia.

14. Empréstimos e financiamentos - terceiros

	Taxa efetiva média anual de juros - %	Vencimentos	Circulante		Não circulante	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Em moeda estrangeira:						
Financiamento à importação (Eur).....	9	2017	1.847	6.266	28.871	-
ACC/ACE.....	6	2013	25.255	-	138	52.662
Financiamento BNDES (US\$).....	8	2018	3.835	17.362	2.921	19.411
			30.937	23.628	31.930	72.073
Em moeda nacional:						
Notas de crédito de exportações.....	11	2013 a 2014	33.693	423	56.978	6.493
Nota de crédito industrial.....	10	2013 a 2014	125.818	20.300	85.977	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB).....	12	2013	24.229	-	41.602	-
Finame.....	7	2021	380	2.412	8	2.022
Financiamento BNDES.....	9	2018	36.559	164.783	30.470	200.697
Financiamento BNB.....	8,5	2018	12.530	57.200	10.339	69.667
			233.209	245.118	225.374	278.879
			264.146	268.746	257.304	350.952

Todos os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia foram tomados junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os financiamentos de importação da Companhia são contratados em euro. As Notas de Crédito de Exportações são denominadas em moeda local e foram contratadas pela Companhia com a obrigação de comprar matéria-prima - PTA para produção de Resinas PET que deverá ser exportada no montante equivalente ao valor contratado.

As Notas de Crédito Industrial foram contratadas pela Companhia denominadas em moeda local.

Os financiamentos tomados pela controlada M&G Polímeros Brasil S.A. com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, os bancos repassadores de recursos do BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB têm sido pagos mensalmente desde maio de 2008 e incluem vencimentos mensais até abril de 2018. Esses contratos de financiamento incluem as seguintes obrigações e compromissos a serem cumpridos pela M&G Polímeros Brasil S.A.:

- Manutenção do índice anual de cobertura da dívida sem caixa acumulado ("ICSD") de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta décimos) vezes durante os anos de vigência do referido contrato de financiamento;
- A Companhia empenhou a totalidade de suas ações da controlada M&G Polímeros Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2012, o valor patrimonial das ações é R\$225.819 (R\$202.540 em 31 de dezembro de 2011). Essa controlada empenhou a totalidade dos ativos e da geração de direitos creditórios nas operações, bem como cedeu fiduciariamente direitos decorrentes de contratos por ela celebrados.

A Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais e compromissos que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

A composição das parcelas de longo prazo, por ano de vencimento, é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
2014.....	77.832	-
2015.....	57.369	-
2016.....	57.368	-
2017.....	56.473	-
2018.....	18.756	-
2019 a 2021.....	948	-
	268.746	-

Segue a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	(608.256)
Captações.....	(286.583)
Provisão de juros.....	(48.437)
Pagamentos de principal.....	370.827
Pagamentos de juros.....	47.099
Varição cambial.....	(7.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	(532.892)

15. Impostos e contribuições

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante:		
ICMS a recolher.....	3.726</	



GRUPPO MOSSI & GHISOLFI

C.N.P.J. nº 56.806.656/0001-50 - Companhia Aberta

M&G Poliéster S.A. e Controladas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As despesas com remuneração dos administradores da Companhia são resumidas como segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de curto prazo a empregados administradores - Salários	2.865	2.976
Benefícios pós-emprego - Previdência Privada	123	149
	2.988	3.125

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não apresentou despesas relacionadas a benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

20. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social autorizado é R\$652.000 e o integralizado R\$523.308, representado por 8.024.960 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tendo como principal acionista a M&G Resinas Participações Ltda.:

	Ações ordinárias (Em milhares)	Quantidade de ações %
M&G Resinas Participações Ltda.	6.008.878	74,88
Mossi & Ghisolfi International S.A.	1.783.163	22,22
Demais acionistas	232.919	2,90
	8.024.960	100,00

Não houve variação, no exercício, nas quantidades em circulação, bem como nos percentuais de participação. O dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado conforme a legislação societária. O estatuto prevê que a Companhia poderá levantar balanços intermediários e que a diretoria poderá deliberar dividendos intermediários à conta de lucros apurados naqueles balanços. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não houve a distribuição de dividendos intermediários.

Reserva de capital

O saldo de reserva de capital no valor de R\$72.246 é constituído pela emissão de 91.541.023 ações no processo de incorporação de ações da controlada M&G Polímeros Brasil S.A. ocorrido em julho de 2007.

Resultado por ação

Seguem os dados do resultado básico e diluído por ação:

	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo do exercício atribuído à participação dos acionistas da controladora	(9.146)	(66.879)
Média ponderada das ações emitidas (em milhões)	8.025	8.025
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações em reais	(1,14)	(8,33)

21. Informações por segmentos

A Companhia está organizada em três principais unidades de negócios:
• Resinas PET que é comercializada para a fabricação de embalagens;
• Fibras sintéticas de poliéster de aplicações têxtil que são comercializadas para a fabricação de tecidos e outros produtos da linha têxtil;
• Outros segmentos são compostos por comercialização de polímeros de poliéster reciclados e por prestação de serviços relacionados a todas as atividades mencionadas.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para tomadas de decisões e avaliação do desempenho da Companhia. As informações por segmento dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Resinas PET	Fibras	Outros Segmentos	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida					
Receita líquida - Mercado interno	1.485.028	294.802	11.742	-	1.791.572
Receita líquida - Mercado externo	60.798	10.343	-	-	71.141
Intersegmento	45.657	644	7.262	(8.273)	45.290
Total de receita operacional líquida	1.591.483	305.789	19.004	(8.273)	1.908.003
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.304.871)	(296.577)	(19.167)	8.276	(1.612.339)
Depreciação e amortização - Custo	(25.350)	(8.991)	(103)	-	(34.444)
Lucro (prejuízo) bruto	261.262	221	(266)	3	261.220
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(68.689)	(3.989)	(430)	-	(73.108)
Administrativas e gerais	(99.345)	(18.831)	(5.359)	-	(123.535)
Despesas financeiras líquidas	(57.611)	(16.387)	(8.951)	-	(82.949)
Depreciação e amortização administrativa	(3.668)	(35)	(1.018)	-	(4.721)
Outras receitas operacionais	(1.617)	45	8.166	(3)	6.591
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda, contribuição social e participação de acionistas não controladores	30.332	(38.976)	(7.858)	-	(16.502)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(7.055)	13.220	837	-	7.004
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	352	352
Lucro (prejuízo) líquido	23.279	(25.756)	(7.021)	352	(9.146)
Ativos	1.280.502	219.052	503.752	(317.305)	1.686.001
Passivos	1.054.683	166.593	382.014	(95.108)	1.508.182

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Resinas PET	Fibras	Outros Segmentos	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida:					
Receita líquida - Mercado interno	1.287.544	306.595	15.709	-	1.609.848
Receita líquida - Mercado externo	100.458	14.024	-	-	114.482
Intersegmento	124	230	11.979	(12.333)	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.388.126)	(320.849)	(27.688)	(12.333)	(1.724.330)
Depreciação e amortização - Custo	(24.284)	(10.088)	(100)	-	(34.472)
Lucro bruto	213.890	25.975	(1.520)	27	238.372
Receitas (despesas) operacionais:					
Com vendas	(72.744)	(3.920)	(694)	-	(77.358)
Administrativas e gerais	(91.998)	(17.535)	(7.575)	-	(117.108)
Despesas financeiras líquidas	(87.937)	(15.518)	(16.646)	-	(120.101)
Depreciação e amortização administrativa	(5.984)	(22)	(11.395)	-	(17.401)
Outras receitas operacionais	2.200	23	3.777	(27)	5.973
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda, contribuição social e participação de acionistas não controladores	(42.573)	(10.997)	(34.053)	-	(87.623)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	11.892	3.603	-	-	15.495
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	5.249	5.249
Lucro (prejuízo) líquido	(30.681)	(7.394)	(34.053)	5.249	(66.879)
Ativos	1.289.970	228.011	491.637	(294.674)	1.714.944
Passivos	1.087.431	149.796	329.970	(39.572)	1.527.625

Os preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros.

A Companhia adota as seguintes bases de contabilização para quaisquer transações entre os segmentos:

1. Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.
2. Os lucros operacionais dos segmentos não consideram os lucros sobre vendas intersegmentos R\$3 em 31 de dezembro de 2012 (R\$27 em 2011).

A Companhia possui quatro conjuntos de clientes que individualmente representam mais de 10% da receita total dos seguintes segmentos:

	31/12/2012		31/12/2011	
	% da receita	Valor receita	% da receita	Valor receita
Resinas PET	12,4%	231.461	16,3%	258.090
	12,0%	224.097	13,8%	214.066
	12,0%	225.157	13,3%	212.877
	14,9%	278.662	10,4%	165.495
Fibras				
	12,98%	46.957	-	-

22. Incentivos fiscais

a) Imposto de renda

A operação de fabricação de fibra de poliéster na unidade de Cabo de Santo Agostinho - PE, de propriedade da controlada M&G Fibras Brasil S.A., é beneficiária de incentivos fiscais de redução do imposto de renda de 12,5% no exercício de 2009 a 2013. Esse incentivo de imposto de renda sobre o lucro da exploração daquela unidade é reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas, quando auferido, como redutor da respectiva despesa de imposto de renda.

A M&G Polímeros Brasil S.A., com unidade em Suape - PE, também é beneficiária de incentivo de redução do imposto de renda sobre o lucro da exploração na produção de resina PET, com início a partir do ano-calendário 2008 até 2017. A redução do imposto de renda e adicionais é de 75%.

b) ICMS

A fábrica de Cabo de Santo Agostinho - PE, agora da controlada M&G Fibras Brasil S.A., é beneficiária do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE, que consiste na redução de até 85% do saldo de ICMS a recolher, de acordo com o Decreto Estadual nº 27.547, de 13 de janeiro de 2005, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2005 e prazo final de vencimento em janeiro de 2017. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante reconhecido a crédito da rubrica "Impostos sobre vendas" da demonstração do resultado consolidado, a título desses benefícios, foi de R\$16.710 (R\$17.383 em 2011).

A fábrica de Poços de Caldas - MG, da controlada M&G Fibras Brasil S.A., é beneficiária do Regime Especial - PTA nº 000390804-51, com vigência a partir de 14 de março de 2011 e prazo de vencimento em dezembro de 2013, podendo ser prorrogado, que consiste principalmente no diferimento do ICMS na importação de matéria-prima, no estabelecimento do centro de distribuição e no crédito presumido que determina uma carga tributária de 3% nas operações de saída de produtos industrializados transferidos da fábrica. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante reconhecido a crédito da rubrica "Impostos sobre vendas" da demonstração do resultado consolidado, a título desses benefícios, foi de R\$6.314 (R\$4.736 em 2011).

A fábrica de Suape - PE, da controlada M&G Polímeros Brasil S.A., também é beneficiária do referido incentivo do "PRODEPE", por meio do Decreto Estadual nº 27.546, de 13 de janeiro de 2005, e alterações, pelo período de 12 anos a contar a partir de outubro de 2006 e com termo final em setembro de 2018. O benefício consiste na redução de até 85% do saldo de ICMS a recolher. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante reconhecido a crédito da rubrica "Impostos sobre vendas" da demonstração do resultado consolidado, a título desses benefícios, foi R\$146.660 (R\$115.533 em 2011).

23. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com relação ao qual foram contratadas coberturas de seguro por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Segue a relação dos seguros contratados pela Companhia.

Bens Segurados	Modalidade Apólice	Limite Máximo de Indenização
Instalações/mercadorias/matérias-primas/ Estoques/equipamentos prédios	Riscos operacionais	824.277
Responsabilidade civil	Resp. civil geral	11.390
Automóvel frota	Auto	47.525
Instalações/equipamentos	Multirisco	4.350
Transporte nacional	Transporte	33.300
Transporte importação/exp.	Transporte	28.504

24. Plano de complementação de aposentadoria

As controladas M&G Fibras e Resinas Ltda., M&G Fibras Brasil S.A., Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda. e M&G Polímeros Brasil S.A. patrocinam benefícios de aposentadoria suplementar dos seus empregados através de plano de contribuição definida, o Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, mantido com a BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., que é uma entidade aberta de Previdência Privada.

As contribuições das patrocinadoras ao Plano BrasilPrev são como segue:
• Contribuições ordinárias - destinam-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda e são idênticas à contribuição dos participantes, estando limitadas a 4% dos salários de participação.
• Contribuições extraordinárias - podem ser realizadas em qualquer tempo, a critério das patrocinadoras e dos participantes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições à BrasilPrev no montante de R\$2.556 (R\$2.490 em 2011) para custeio dos planos de benefícios.

25. Receita líquida de vendas de produtos e serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional bruta de vendas de produtos e serviços prestados:		
Mercado interno	2.119.311	1.872.453
Mercado externo	90.868	114.564
	2.210.179	1.987.017
Deduções e abatimentos:		
Impostos sobre vendas (ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(262.963)	(226.893)
Abatimentos e devoluções	(39.213)	(35.794)
	(312.176)	(262.687)
Receita líquida de vendas de produtos e serviços prestados	1.908.003	1.724.330

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Custos variáveis, fixos e demais despesas comerciais	(1.612.139)	(1.455.905)
Depreciação e amortização	(39.165)	(51.873)
Despesas com pessoal	(69.634)	(69.537)
Despesas com logísticas	(80.483)	(76.278)
Outros	(40.135)	(38.259)
	(1.841.556)	(1.691.852)

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Classificado como:		
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.646.783)	(1.485.958)
Despesas com vendas	(73.108)	(77.358)
Despesas gerais e administrativas	(128.256)	(134.509)
Outras receitas operacionais, líquidas	6.591	5.973
	(1.841.556)	(1.691.852)

27. Resultado financeiro

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Juros sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	(44.120)	(55.390)
Atualização monetária de impostos	(6.868)	(16.336)
Juros sobre aplicações financeiras	6.296	7.171
Variação cambial, líquida	(22.164)	(42.391)
Outros	(16.093)	(13.155)
	(82.949)	(120.101)

28. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

O conjunto de atividades da Companhia e controladas traz alguns riscos financeiros, principalmente de taxa de juros, de crédito, de liquidez e de mercado, sendo este representado pelos riscos de custo de financiamento e de variação do valor relativo de moedas.

O gerenciamento destes riscos é realizado pela tesouraria em conjunto com a direção financeira do Brasil e da matriz, segundo políticas da Companhia. Essas políticas refletem diretrizes voltadas à minimização de desembolsos de caixa.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem parte dos empréstimos, instrumentos financeiros disponíveis para a venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto prazo da Companhia sujeitas a taxas variáveis (CDI).

Em 31 de dezembro de 2012 aproximadamente 31% dos empréstimos tomados pela Companhia estavam sujeitos à taxa de juros variáveis.

Derivativos

A Companhia e as controladas têm contratado operações financeiras com derivativos visando à proteção de sua exposição a taxas de juros relacionada aos empréstimos com o BNB, tendo em conta o contexto de suas atividades operacionais e o horizonte dos fluxos de caixa futuros sujeitos a tais riscos. Atualmente, o instrumento financeiro derivativo contratado envolve contratos de "swap". Não foi oferecido nenhum tipo de garantia pela Companhia e não há previsão de chamada de margem.

Risco de preço e commodities

A Companhia não está exposta ao risco material resultante das alterações nos preços das commodities. A Resina PET e a principal matéria-prima PTA são influenciadas por petróleo e seus derivados e isso constitui um hedge natural. Alterações nos preços das commodities não afetam o resultado da Companhia, uma vez que os preços de venda da Resina PET refletem a variação dos preços das matérias-primas com uma defasagem temporal devido à logística e a transformação da matéria-prima em produto acabado. A diferença entre os preços médios das matérias-primas e produtos acabados Resinas PET e Fibras de Poliéster no mercado internacional foram de apenas 3% e 5% respectivamente.

Riscos de moeda

A Companhia tem gerenciado o risco de exposição a variações cambiais no sentido de preservar seus fluxos de caixa. Assim, dependendo do cenário, utiliza-se ou não de instrumentos financeiros derivativos. Os negócios trazem a possibilidade de repasse aos preços de vendas de oscilações de preço do dólar, minimizando, desta forma os impactos em suas operações.

A exposição líquida ao risco de taxa de câmbio por ativos e passivos em moeda estrangeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi um passivo de R\$284.233 (R\$ 381.986 em 31 de dezembro de 2011), como segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber	211.113	206.336
Fornecedores terceiros	(52.710)	(32.479)
Partes relacionadas (Nota 19)	(388.071)	(450.840)
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(54.565)	(104.003)
Passivo líquido exposto à variação cambial	(284.233)	(380.986)

A exposição das contas a receber de clientes é composta pelo saldo das contas a receber mercado externo R\$16.241 (R\$50.912 em 31 de dezembro de 2011) e o montante de R\$194.872 (R\$155.424 em 31 de dezembro de 2011) referente a vendas no mercado interno, cujos valores a receber estão indexados a taxa do dólar no seu vencimento.

Riscos de crédito

Com relação aos riscos de crédito, a Companhia tem políticas específicas com relação a transações com instituições financeiras e clientes. Há políticas quanto ao tipo e porte de instituições financeiras com as quais a Companhia faz negócios e quanto ao tipo de transações que podem ser realizadas.

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota Explicativa nº 6. Para esses créditos, a Companhia conta com garantias como fianças bancárias, hipotecas e seguro de crédito no montante de R\$81.350. Quanto aos créditos mencionados na Nota Explicativa nº 9, a Rhodia Brasil Ltda. tem pago as parcelas regularmente a partir de maio de 2011 na sua data de vencimento em linha aos contratos assinados em outubro de 2002, abril de 2004 e acordo celebrado em 20 de julho de 2012.

Riscos de liquidez

A política de gestão do endividamento da Companhia prevê a utilização de linhas de créditos explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo.

Para minimizar os riscos de custo financeiro de projetos de longa maturação, a Companhia utiliza derivativos específicos dentre os disponíveis no mercado. Nesses casos, os instrumentos contratados representam 14% do total das dívidas.

A Companhia e suas controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 14, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 28 tópico "Valor justo dos instrumentos financeiros".

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e manter uma adequada estrutura de capital.

A Companhia, por meio do acompanhamento do seu fluxo de caixa diário somado ao "forecast" dos próximos três meses, antecipa os possíveis riscos de não cumprimento das suas obrigações. Esta visão futura permite que a Companhia tome, de forma antecipada, medidas para mitigar esses riscos, inclusive a de manutenção do índice de cobertura de sua dívida. Uma dessas medidas é a utilização de capital de terceiros para financiar seu capital circulante, bem como para realizar parte de investimentos de longo prazo.

A Companhia e suas controladas incluem na estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 14), menos caixa e equivalent



GRUPPO MOSSI & GHISOLFI



M&G Poliéster S.A. e Controladas

C.N.P.J. nº 56.806.656/0001-50 - Companhia Aberta

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lorenzo Montagna
Presidente

Andrea Maria Caperdoni
Vice-Presidente

Marco Toselli
Vice-Presidente

José Veiga Veiga
Conselheiro

DIRETORIA

José Veiga Veiga
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

João Luis de Freitas Teixeira
Diretor

Lineu Jorge Frayha
Diretor

CONTADOR

José Francisco Lubianchi
CRC - 1SP 148172/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Data: 12 de março 2013

Local e Hora: Avenida das Nações Unidas, 12.551 - 8º. Andar - parte - São Paulo/SP, no dia 12 de março às 16:00 horas do dia 12 de março de 2013.

Convocação: Por correspondência eletrônica datada de 27 de fevereiro de 2013, enviada pelo Presidente do CF.

Em 12 de março, às 16:00 hs, em atendimento a convocação do Presidente do Conselho Fiscal Jorge Michel Lepeltier, com fundamento no art. 163, VI, da Lei 6.404/76 (Lei da S.A.), os membros do Conselho Fiscal, na sede social da M&G Poliéster S.A. e que ao final subscrevem, retomaram os trabalhos de análise das demonstrações financeiras da M&G Poliéster S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que foram iniciados em 11 de março e finalizadas no dia 12 de março de 2013, após o recebimento da ata de Reunião do Conselho de Administração de 12 de março de 2013, a qual é parte integrante desta.

Os Conselheiros presentes analisaram os documentos solicitados, os esclarecimentos pertinentes prestados pela Administração.

1. Considerações Finais.

Finalizando, destaca o parecer da auditoria Ernst & Young Terco - Auditores Independentes S.S., datado de 12 de março de 2013 e que, revela:

“Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da M&G Poliéster S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da M&G Poliéster S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas,

em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.”

2. No melhor entendimento, as práticas de governança corporativa e efetiva diligência os Conselheiros Fiscais encaminham as demonstrações financeiras, conforme consta a seguir: Com base nas revisões e discussões acima e nos trabalhos detalhados e referidos, os Conselheiros Fiscais concluíram que as demonstrações financeiras, notas explicativas e Relatório da Administração e demais documentos estão em condições de serem encaminhadas aos acionistas para deliberação em AGO e divulgação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Nada mais havendo a tratar, os Conselheiros lavraram a presente ata que segue assinada por todos.

São Paulo, 12 de março de 2013

Jorge Michel Lepeltier
Presidente do Conselho Fiscal

Aurélio Belarmino Barbosa
Membro

José Antonio de Assis Simões
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

M&G Poliéster S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M&G Poliéster S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de

evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da M&G Poliéster S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da M&G Poliéster S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da M&G Poliéster S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Sergio Citeroni

Contador CRC-1SP170652/O-1

Rita de C. S. de Freitas

Contador CRC-1SP214160/O-5

COMUNICADO AOS ACIONISTAS:

A Administração da Companhia disponibiliza em sua sede Social, localizada na **Avenida das Nações Unidas, nº 12.551 - 8º andar (parte), São Paulo-SP**, a partir da presente data, a todos os seus acionistas, a documentação prevista no artigo 133 da lei das Sociedades Anônimas em vigor. Será necessário o agendamento prévio e em horário comercial, por parte dos interessados em analisá-las.